

AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DO TRABALHO E O NOVO CLIENTELISMO NO CAMPO NA PARAÍBA(*)

Gisélia Franco Potengy

Professora do Mestrado em Antropologia
da UFPE

INTRODUÇÃO

A questão do assalariamento recente no campo mais do que induzir ao debate sobre esta tendência como virtual, e/ou irreversível ou a perguntas sobre a ocorrência dos modelos historicamente conhecidos, tem levado os pesquisadores a indagar sobre as conseqüências, em diferentes níveis, do processo real de mudança que está ocorrendo.

Este artigo tenta levantar algumas questões que estão na interseção entre as duas esferas sociais da produção e da reprodução. Seu objetivo, mais amplo, é refletir sobre suas relações através da articulação relações de trabalho-relações de poder.

Tomando como pano de fundo as mudanças recentes nas relações de trabalho na Paraíba,¹ tentaremos refletir sobre como elas induzem à configuração de um novo campo de lutas – a nível da esfera social da produção e da reprodução, tentando articular o “econômico” e o “político”.²

Tocaremos em algumas questões, sem aprofundá-las e deixaremos de levantar outras. As limitações, inerentes; as lacunas e as interpretações equivocadas revelam o quanto a reflexão é recente e como se faz urgente mais esforço teórico e empírico.

2. OS “CANAVIEIROS” E O SINDICATO

A presença de relações pré-capitalistas no campo entre proprietários e trabalhadores (“moradores”, meeiros, parceiros e rendeiros) se exprime

(*) Trabalho apresentado no Encontro “Relações de Trabalho & Relações de Poder, Mudanças e Permanências”. Fortaleza. Anais. 1986.

através de relações de dominação e de dependência pessoal que apresentam duas dimensões distintas. De um lado, uma dimensão econômica, uma vez que o proprietário da terra tem um poder econômico sobre o trabalhador a quem ele concede o acesso a um "bem limitado". Por outro lado, apresenta uma dimensão ideológica que se exprime pela obrigação de lealdade para com o proprietário da terra ou de fidelidade com o chefe político local, apoiado pelo proprietário.

O processo de modificações nas relações de trabalho na Paraíba se inicia por volta dos anos 30, quando se abre a possibilidade de migração para o Sul, para escapar à "sujeição", em busca de salários mais elevados. Os grandes fluxos migratórios da década de 50/60 marcam outro momento neste processo (GARCIA JR., 1980). Após 1964, a expropriação do "morador" vai se acelerar, caracterizando-se, fundamentalmente, pelo não cumprimento da legislação trabalhista em vigor, pela menor atribuição de "sítios" e de "roçados" e pelo menor pagamento atribuído ao morador pelo trabalho realizado na propriedade. Este processo se intensifica com a retomada das atividades da **plantation**¹ canvieira que possibilitou a ocupação pela cana dos tabuleiros costeiros, provocando a expulsão das lavouras de subsistência dos pequenos produtores (foreiros, ocupantes, meeiros e rendeiros) que utilizavam estas áreas para lavouras de alimentos (CANTALICE, 1986; EGLER, 1985, POTENGY, 1984).

O processo de retomada e expansão territorial da **plantation** canvieira no estado da Paraíba vai acelerar a crise no sistema da "morada", com o conseqüente crescimento da camada dos trabalhadores "alugados", dado a exigência do processo de desenvolvimento da produção canvieira que vai necessitar de um trabalhador desligado dos meios de produção permitindo a intensificação do ritmo, da jornada e, se necessário, dos dias de trabalho durante a semana. A característica mais importante neste processo é, portanto, a intensificação da exploração da força de trabalho que se traduz na extrema variedade de modos de gestão da mesma no que se refere às "obrigações" dos "moradores", ao local de moradia dos trabalhadores, às condições de trabalho e à diversidade das formas de pagamento do "ganho" (POTENGY, 1984; BARBOSA, 1985; MIELE, 1985).

Estas modificações que apontam para uma estratégia dos patrões no sentido de dividirem os trabalhadores, criaram um novo campo de lutas onde se destaca a emergência do Sindicato como um importante ator no jogo de forças entre patrões e trabalhadores. As lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho, cumprimento da legislação trabalhista que vão culminar nas contratações coletivas intermediadas pelo Estado (Justiça do Trabalho), árbitro privilegiado, criam um fato social novo em todo o estado - a emergência da classe trabalhadora dos **canvieiros**.³ Esta luta, eminentemente sindical, permite pensar o Sindicato como "um novo mediador nas relações entre trabalhadores rurais e o resto da sociedade, aparecendo como um 'corpo estranho' na relação que subordina o trabalhador ao fazendeiro" (PALMEIRA, 1983).

Por isto mesmo, este novo mediador será disputado pelas forças sociais dominantes. Anteriormente, ao processo de luta já descrito, as eleições sindicais aconteciam sem oposição ou com alternância de oposições "fisiológicas" entre as lideranças, em razão do pequeno número de associados, do escasso interesse eleitoreiro, dado o grande número de analfabetos, e do papel que o Sindicato podia, efetivamente, exercer, num quadro de "moradores" subordinados à autoridade do proprietário de terras. Sem esquecer o papel mobilizador que representaram as Ligas Camponesas no estado.

A partir da década de 70 aumenta significativamente o número de sócios em razão dos serviços assistenciais que o Sindicato começa a prestar. A estrutura sindical torna-se alvo dos políticos, cuja intervenção é notória nos processos eleitorais (BERTOLAZZI & TOSI, 1985).

Mais recentemente, as eleições sindicais tornaram-se palco de acirradas competições, envolvendo instituições e componentes das facções políticas locais, tendo um alcance comparável às eleições legislativas, onde se engajam os representantes de todas as forças políticas locais expressivas, proprietários de terra e usineiros, políticos e comerciantes, autoridades públicas e religiosas e novas oposições sindicais (enquanto formadas por lideranças de trabalhadores com forte apoio da base).

Para os proprietários rurais e usineiros o controle do Sindicato Rural pode impedir seu alinhamento efetivo na luta reivindicatória mais geral da categoria, na época da Contratação Coletiva, se constituindo, portanto, numa estratégia na luta pela manutenção das taxas de exploração vigentes do trabalho. O Sindicato, pela importância que assumiu perante os trabalhadores, como órgão representativo, transforma-se, também, num canal de legitimação para os políticos locais. Assim, embora o sindicato seja "a negação da relação personalizada dos latifúndios" (PALMEIRA, 1983) pode ser capturado pelas classes dominantes locais, apresentando-se como um elemento a mais na estrutura de poder local ou pode vir a se constituir neste novo mediador. O Sindicato pode: 1. ser visto pelos políticos como uma máquina de prestação de serviços com objetivos eleitoreiros; 2. ser utilizado como um instrumento importante para evitar o conflito de classe e a elevação do nível de consciência dos trabalhadores; 3. ser visto simplesmente como um curral eleitoral; 4. ou como um trampolim político para as lideranças sindicais aliadas ao poder local (BERTOLAZZI & TOSI, 1985).⁴

Dessa forma, repetem-se, a nível sindical, os mecanismos de manipulação que a classe dominante utiliza nas épocas eleitorais – as práticas clientelistas da farta utilização dos recursos públicos, municipais, estaduais e federais, bem como o uso de bens particulares, da intimidação e da ameaça.⁵

Estas práticas clientelistas podem ter sucesso por várias razões. Entre elas destacamos a imagem de quem tem poder é que dá extremamente difundida entre os trabalhadores, como uma das mais importantes: "Qualquer autoridade tem que dar coisas. Também o sindicato aparece assim" (entrevista com assessor sindical in BERTOLAZZI & TOSI, 1985).

Esta imagem entretanto, mesmo sugerindo uma relação clientelista

com os poderosos, de todo o tipo, pressupõe a idéia de desigualdade social, isto é, de que os recursos estão monopolizados nas mãos de quem tem poder. Por outro lado, atribuir poder e autoridade ao sindicato abre a possibilidade de reconhecer no seu órgão de representação o poder real de barganha com os patrões que este passou a ter, principalmente depois das lutas que vem empreendendo.

Em que pese a participação diferencial dos sindicatos no processo de luta, o Movimento Sindical já se estabeleceu como um representante dos trabalhadores que a classe empresarial precisa levar em conta na zona canavieira do estado. Por sua vez, a nível das relações de trabalho, além da consciência do nível de exploração a que está submetido e do processo de intensificação do trabalho que vem sofrendo, o trabalhador já estabeleceu um enfrentamento com o capital, na sua prática, pela sua participação nas campanhas trabalhistas, nas greves e nos paradeiros cotidianos pelo cumprimento dos acordos que os patrões tentam sempre burlar. É significativo que uma das discordâncias entre os representantes dos patrões e dos empregados nas épocas de dissídio coletivo se refira sempre ao **quantum** em termos de trabalho que irá compor cada tarefa. Por exemplo, neste ano, a pressão que os trabalhadores fizeram pelo corte das "cinco ruas" que se constituiu num dos principais pontos de discordância nas negociações.

3. A "QUESTÃO URBANA"

Segundo as regras do sistema de relações sociais da "Morada" é o **proprietário que se encarrega de prover algumas das necessidades básicas do trabalhador**, como habitação, saúde, lenha, etc... (PALMEIRA, 1977). Com a crise neste sistema de relações que tem como resultado uma progressiva tendência ao assalariamento temporário, com a saída dos "moradores" das propriedades, inaugura-se um novo sistema de dominação nas relações de trabalho, observando-se a passagem para o âmbito do Estado da função assistencial do proprietário que passa adiante uma parte do custo da mão-de-obra.

Este trecho de uma entrevista com um fornecedor de cana é bem elucidativo do papel que a classe dominante local espera do Estado:

"Prá gente é melhor trabalhar com eles (os trabalhadores) aqui (na "rua"). Porque a gente não tem nenhuma obrigação. O pessoal adoeceu aí nesta ponta de rua, eles que procurem a prefeitura ou procurem o SESI e o nosso 'morador' nós temos obrigação de tratar, de dar condição a ele que não tem a quem recorrer, tem que ser a gente mesmo. Quer dizer fica mais caro prá gente por isso".

Mas, o trabalhador quando vem para a "rua" coloca problemas sobre os quais as autoridades são obrigadas a se posicionar, como diz o prefeito de uma dessas pequenas sedes municipais: **"o pessoal que vem prá rua, vem só criar problemas, agora aqui já tem pedintes, o trabalhador vem prá rua, não tem o que fazer, migra, e a família fica na sede do**

município sem ter do que viver”.

É essa a nova “questão” que se coloca nas regiões da cana. A “questão” que diz respeito às necessidades de **reprodução** da força de trabalho que agora concerne à empresa e ao Estado. O discurso dos “fornecedores” de cana e dos políticos costuma relacionar o fenômeno da saída dos moradores dos engenhos com o crescimento das pontas de rua e com o conseqüente surgimento dos “problemas sociais”: aumento do número de bêbados, prostitutas, pedintes e desocupados – **“É um verdadeiro problema sócio-econômico. O governo deveria oferecer condições através da concessão de créditos especiais para resolver o problema”** (entrevista com grande proprietário “fornecedor”).

Essa questão é nova no contexto que estamos analisando uma vez que, tradicionalmente, era o proprietário fundiário que preenchia as funções do Estado, utilizando, ao mesmo tempo, a máquina burocrática estatal com finalidades pessoais de manter a hegemonia local. Af ocorriam as perfeitas condições para a emergência do “coronelismo”, “a dependência eleitoral da base é apenas uma dimensão de sua dependência social em geral” (WEFFORT, 1978), expressando-se o compromisso entre o poder público e o privado do grande proprietário de terras.

As modificações que vão ocorrer a partir da mudança das relações de trabalho propicia o crescimento das “pontas de rua” nas vilas e cidades da região canavieira do Estado. As sedes municipais, em geral pequenas vilas quase sem comércio, eventualmente com uma pequena atividade artesanal e com uma mínima atividade industrial encontram-se completamente despreparadas para receber esta população, sem infra-estrutura urbana, sofrendo um crescimento desordenado.

Embora o crescimento do grau de urbanização no período 1970/1980 tenha ocorrido em todas as micro-regiões do Estado aquelas que apresentaram os mais significativos avanços foram as microrregiões Piemonte da Borborema (92), Litoral Paraibano (93), Brejo Paraibano (98) e Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (99). A primeira e a última em razão da expansão da pecuária e as outras duas em razão, sobretudo, da expansão canavieira (ARAÚJO, 1986).⁶

Este crescimento urbano se fez através da ocupação de terrenos e não da compra legalizada. Em alguns casos esses terrenos já eram considerados urbanos, em outros, dado o pequeno tamanho destas sedes municipais, são terrenos rurais que pertenciam a propriedades fundiárias localizadas nos limites das vilas. A regularização destas “posses” se faz, vagarosamente ou nunca se efetua. Em alguns casos os prefeitos “desapropriaram” e “doaram” os “terrenos”. Outros são legitimados de outra forma; por exemplo, em uma destas cidades uma das ruas se encontra nos domínios de uma propriedade. Os moradores pagam um imposto, como qualquer terreno urbano, à prefeitura e dispõem de água e luz fornecidas pelos serviços públicos. O proprietário dos terrenos recebe uma “renda” pelo aluguel da terra onde cada trabalhador construiu sua casa. Há casos em que o proprietário vende a casa, mas

não o terreno. Há proprietários fundiários que aproveitando o movimento de mudança para a "rua", permitiram aos seus "moradores" a construção de casa nestes terrenos, se desobrigando, ao mesmo tempo, da relação de "morada". Outros, ao construírem casas para trabalhadores "moradores" nestes terrenos, resolveram "questões" trabalhistas pendentes, utilizando essa forma como meio de pagamento. Há ocasiões em que os proprietários procuram estabelecer "acordos" com os ocupantes, seja exigindo a saída dos trabalhadores, seja reivindicando o pagamento da renda da terra.

Os terrenos desapropriados pelas prefeituras nas periferias urbanas são vendidos abaixo do preço. Um proprietário ou a prefeitura fornece parte do material de construção. As casas são construídas pelo próprio trabalhador quando dispõe de tempo e/ou de qualificação ou ele contrata especialistas para determinadas tarefas da construção e "ajuda" no acabamento.

A preocupação das autoridades locais com a infra-estrutura de serviços destas pequenas cidades que começam a crescer com a chegada dos "volantes" se revela nos acordos que são feitos com o Estado. É ele que passa a preencher uma das funções básicas para o capital, o de tentar assegurar condições para a reprodução da força de trabalho, repassando para o trabalhador uma parte deste custo. Assim, o PROCANOR⁷ é visto pelos proprietários como uma das formas de resolver o problema da manutenção de reserva de mão-de-obra, condição para a expansão da *plantation* canavieira nos moldes atuais no Nordeste e, também como uma forma de repassar uma parte do custo da reprodução desta força de trabalho ao Estado e ao próprio trabalhador. No conjunto que visitamos, em um dos municípios, as casas estavam sendo construídas a partir de projetos feitos pelos trabalhadores e executados por mestres de obras, pedreiros, etc... os compradores das casas servem de "ajudantes" nas horas vagas. A Emater administrava o projeto. As casas serão vendidas a prazo. Os futuros moradores desse conjunto eram trabalhadores que moravam na "rua" em casas alugadas ou nas propriedades como "moradores". O interesse em comprar a casa era sair do engenho para "ter alguma coisa de seu", "morar no que é da gente". "Morar" na propriedade significa ficar à disposição do patrão que estende seu controle a todas as esferas da vida. "O patrão fica o tempo todo controlando a gente e quando ele chama e a gente não vai, ele fica zangado". Daí a "sujeição", a impossibilidade de ser "liberto" na "morada".

Um tipo de projeto como o PROCANOR não somente propicia a expropriação do "morador", facilitando a transição para o trabalho "volante", como pode possibilitar a diminuição dos custos com os direitos trabalhistas. Muitos dos proprietários sugeriram que uma das formas que pensavam negociar os "direitos atrasados"⁸ era através da cessão de terrenos para a construção de casas. Esta solução poderia resolver dois problemas: pagariam os direitos atrasados cedendo os terrenos para a construção das casas aos trabalhadores e não perderiam a reserva de mão-de-obra próxima às propriedades.

Já existem conjuntos de casas deste tipo sendo construídos na zona canvieira do estado. De maneira imediata, muitos trabalhadores estão arriscando perder os seus "direitos" trabalhistas enquanto moradores uma vez que ficam caracterizados como trabalhadores temporários a partir do momento que se inscrevem postulando um financiamento da casa ao PROCANOR. Enquadrado em uma categoria, o trabalhador perde as prerrogativas inerentes à "morada"; no processo de sua transformação de "morador" em "volante" ele é expropriado de suas condições de trabalho e dos "direitos" ligados à antiga condição. Passa assim, a ser consumidor da "infra-estrutura" urbana, dos "equipamentos coletivos", dos serviços de saúde que serão assegurados pelas diversas agências do Estado.

Por outro lado, como observa PAULILLO (1980: 68) "ter que fazer os gostos do patrão é uma regra rígrida para qualquer 'morador'. Eles votam no candidato por ele indicado, apesar do voto ser secreto, porque a falta de garantias em relação a seus direitos e mesmo a ignorância sobre eles, faz com que vejam seus deveres para com o patrão de forma difusa".

A saída para a "rua", representando uma situação de quebra com o sistema da "morada" provoca uma fissura, um desequilíbrio nas relações de dependência do "morador" em relação à autoridade do proprietário nos domínios que transcendem a relação de trabalho propriamente dita. De uma forma geral, depois de "expropriados" de suas condições de trabalho todos os trabalhadores se sentem desobrigados do compromisso de "lealdade" implícito na relação de "morada". Entretanto, como as condições políticas mais amplas não favorecem a construção de uma nova consciência substitui-se a "lealdade" para com o patrão pela "lealdade" implícita na relação de reciprocidade própria do sistema de "favores".

Esta fase de transição tem sido compreendida imediatamente pelas forças políticas locais como uma oportunidade de cooptação do eleitorado. Assim, tentam substituir o sistema de relação de autoridade típica ao sistema de "morada" por seu equivalente. O trabalhador passa a ser um "cliente", não mais cativo; seu voto não é mais uma questão de "lealdade" para com o proprietário que lhe assegura proteção mas terá que ser conquistado dentro do esquema de reciprocidade equilibrada (SAHLINS, 1970).⁹ É a passagem de um sistema de dominação patriarcal, baseado na "sujeição" onde o momento eleitoral serve à legitimação "autoritária" do sistema político mais amplo para outro em que a legitimação será barganhada.¹⁰

As "doações" de terrenos, material de construção e outros itens demonstram a atualização do "favor".

Esta mudança nas relações de poder entre os grupos sociais só pode ser compreendida se analisada historicamente. Para isto utilizamos os dados de um estudo de caso realizado no Brejo Paraibano, tentando fornecer um quadro da evolução da estrutura de poder a nível local.

4. A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER OU O NOVO "CLIENTELISMO"

Nesta região, a partir de 1930, é inconteste a liderança do "coronel" Cunha Lima que só vai decair por volta de 1950, quando perdeu a prefeitura do município de Areia.

Blondel que escreveu sobre as condições da vida política no estado da Paraíba o descreveu como um "coronel" à antiga, como um chefe político do tipo "monárquico", segundo sua classificação (BLONDEL, 1957). O coronel dominava através de um eficiente sistema de "cabos eleitorais" que visitavam periodicamente os eleitores, lhes transmitiam suas ordens e os enquadravam no dia das eleições. Ele exerceu seu poder na área que abrange os municípios de Areia, Cuitê, Esperança e Alagoa Nova. Com a decadência deste "Coronel", conhecido como o último dos coronéis do Brejo, a "oposição" passa a ser vitoriosa até 1976, no município de Areia. A vitória da "oposição" se efetuou através da ascensão do sobrinho deste coronel, paradoxalmente seu opositor político. A observação de Lewin para a análise da política paraibana durante a Velha República ainda é atual: o conflito surge, entre ramos colaterais do mesmo tronco familiar, a dissensão se exprime geralmente através da filiação a grupos rivais. Dessa forma, esses grupos não se encontram nunca no mesmo partido como mostra a explicação sobre a disputa entre o coronel e seu sobrinho, dada por um ex-prefeito de um dos municípios da região – **"Era uma disputa familiar... O pai do Dr. Elson (o sobrinho) era inimigo mortal do Coronel Cunha Lima e quando o coronel estava de um lado, ele estava sempre de outro. Ele sempre tomou cuidado, quando o 'coronel' estava no governo de ficar na oposição"**.

Nas eleições de 1976 a prefeitura foi ganha por um candidato recém-chegado à política mas que fazia parte do antigo grupo do coronel, contando ainda com o apoio dos proprietários da usina de quem era "cliente" ("rendeiro" da usina) que, nesta época, se tornara, por sua importância econômica, uma das forças políticas locais. A legenda era do partido do governo – o PDS.

Nas eleições de 1982 o vencedor para prefeito foi um novo político que se candidatou, inicialmente sob o patrocínio do sobrinho do coronel, com uma segunda legenda de "oposição" (PMDB-2) mas que, no decorrer da campanha se autonomiza como candidato. Com ambições políticas definidas, o novo prefeito soube fazer alianças, tanto com os eleitores pedessistas descontentes, como com os senhores de engenho insatisfeitos com a usina e que quiseram superar a hegemonia da família dominante com uma terceira possibilidade. Aliou-se também à nova classe que se consolida na região, a partir dos anos 70: os assalariados rurais que vêm morar nas "pontas de rua" como resultado de sua expropriação enquanto "moradores". Essa classe em formação, recém-saida da influência política direta dos proprietários de terra, se acha disponível para legitimar novas lideranças e esse candidato soube encontrar sua linguagem, com respeito ao atendimento de necessidades imediatas – habitação e serviços urbanos. A utilização da "doação" pessoal também foi muito utilizada durante a campanha. Esta doação de terrenos, material de construção, tijolos, óculos, etc. tinha como objetivo a reciprocidade implícita no ato de "doar" – o voto. Esta situação se repetiu em vários muni-

cípios da região canavieira do estado da Paraíba, tanto no Brejo como no Litoral.¹¹

Os proprietários da usina usaram os mesmos métodos: doação de roupas, transporte no dia das eleições, compra de voto. Embora tendo perdido nestas eleições, a nível municipal, a usina logo compreendeu que este enfrentamento não significava uma quebra de relações com o novo prefeito que, apenas, tinha utilizado uma nova linguagem mais adaptada às circunstâncias históricas da formação de uma classe assalariada. Esta não oposição à usina e a falta da adesão ao programa do partido de oposição fica clara através da apreciação de um trecho da entrevista com o novo prefeito eleito: **“o partido não foi importante, o importante é que se uniram pessoas que não se unem normalmente”**.

A debilidade da adesão partidária assegura a aliança com novas lideranças: após as eleições os proprietários da usina se prontificaram a dar todo apoio ao novo prefeito eleito fornecendo máquinas para abertura de estradas, distribuindo cadernos em escolas. Utilizando os mecanismos tradicionais de manipulação política a usina assegura, através da aliança com o novo prefeito, o acesso aos recursos administrativos e financeiros a nível municipal que se somarão às outras parcelas de poder de que dispõe a nível estadual e federal, de forma a manter o controle sobre a terra, o mercado, a matéria-prima e a força de trabalho na região. Assim, embora tenha perdido as eleições, se recompõe rapidamente enquanto força política, utilizando seu poder econômico para assegurar alianças e sua hegemonia a nível local. Daí a preocupação do novo prefeito com a reprodução dos assalariados, ligada diretamente à necessidade de manutenção de um exército de reserva que assegure a produção da cana ao mais baixo custo. Além de ter “doado” 600 terrenos na periferia da cidade o prefeito eleito pretendia desapropriar mais 100 terrenos pertencentes à Prefeitura para alojar trabalhadores rurais. **“Eu entro com o terreno e a Emater controla a construção... a mão-de-obra está escassa, falta... por causa da expulsão muita gente viaja para o Sul... o Procanor seria uma forma de manter a mão-de-obra na região”**. O que lhe assegura a criação de uma “clientela”.

A hegemonia da usina na região não é incontestável. Há um grupo de oposição à usina – em um dos municípios vizinhos este grupo possui a maior parte das terras e dos engenhos. Um dos seus integrantes foi o 1º prefeito, nomeado interventor em 1953, quando esta vila passou à categoria de cidade.

De uma maneira geral, todos os prefeitos que o município já teve estão ligados a um único grande tronco familiar que é o mesmo dos proprietários da usina. Estes dois ramos familiares são inimigos. Os bisavós da atual geração (com cerca de 40 anos) de empresários foram portugueses que fundaram a vila – atual sede do município –, na época do povoamento da região e formaram 3 ramos. Os casamentos endogâmicos asseguraram a manutenção do patrimônio. Os pais do atual empresário são primos e ele próprio também é casado com uma prima. Da mesma forma acontece com o grupo da usina. O controle das terras por algumas famílias se mantém desta forma, embora o

aumento do patrimônio dentro do grupo e a sucessão de casamentos endogâmicos possa levar, como no caso em estudo, a cisão e conflito entre os ramos em torno da disputa da hegemonia local.¹²

O conflito se manifesta através da oposição que a usina fez ao outro grupo do município vizinho que lutou pela concessão para a construção de uma destilaria de álcool, com o objetivo de tornar-se, também, um grupo industrial e ameaçando o monopólio da usina na região.

Entretanto, o conflito era mais antigo conforme relata um dos participantes do grupo da nova destilaria:

“P. A família da usina também é de políticos?

R. São políticos e são contra nós, apesar de ser da mesma família.

P. Eles estão ligados ao PDS-2?

R. Estão ligados ao PDS-2 e apoiaram aqui o PMDB. No outro município eles apoiaram o PDS.

P. Esta família sempre apóia candidatos nos dois municípios?

R. Sempre apóia candidatos sendo contra mim. O candidato que eu apresentar não apóiam como também não apoio o deles. É tradicional, há muito tempo. Então, por isso, eles têm um candidato e eu tenho o meu”.

Este depoimento nos faz lembrar que é extremamente relativa a pertinência das lideranças locais ao quadro de um partido político na medida mesmo que o que os diferencia, em geral, é estarem ou não na “situação”.¹³

A possibilidade de construção de uma segunda destilaria na região foi um projeto de algumas lideranças políticas a nível estadual e de alguns representantes do estado a nível federal. Alguns destes políticos procuraram os representantes das famílias do grupo de oposição à usina propondo seu engajamento no novo projeto. Desta forma, constróem-se as relações de poder entre o nível local, estadual e federal, mediados por instituições estatais (CENAL, IAA, etc...).

Embora longo, este depoimento de um dos líderes empresariais da nova destilaria retrata as relações que se estabelecem entre diferentes níveis de poder.

“P. Quando começou a idéia de fazer esta destilaria?

R. A idéia foi em 1976/77, por intermédio do senador C. M. que procurou o deputado S., naquela época ele tinha prestígio com o governador. Já tinha problemas na região de super-produção de cana que a usina não consome a cana da região, sempre tinha sobrando oitenta, cem toneladas por safra. Tendo este problema, então o senador C. M. procurou S., ele veio aqui procurou os proprietários. Todos se negaram. Então, eu e meu pai, aceitamos esta proposta dele e fomos ao governador e a Secretaria de Indústria e Comércio nos deu o projeto, foi doado pelo próprio estado. E começamos a fazer os projetos que

foram enviados para o IAA e para o Proálcool em Brasília, o CENAL. Esse projeto foi encaminhado no fim de 77, passou dois anos no Proálcool, do Proálcool pro CENAL prá ser aprovado. A usina e os proprietários não queriam concorrência e não sei porque engavetaram esse projeto. Passou dois anos pra ser aprovado e, depois de muita luta, em dois anos, eu pegado com os meus amigos lá do Sul, foi que conseguiu ser aprovado com várias exigências: a primeira exigência era um documento nosso com a usina prá... não haver conflitos no fornecimento de cana, mas a usina se negou a assinar e por isso passou mais oito meses para ser resolvido. Foi quando procurei os amigos do CENAL - IAA que era naquela época A. H. Então foi outra exigência. Tirou essa exigência da cana que dava conflito e exigiu que a gente plantasse oitocentos hectares de cana antes da destilaria moer, para não criar problemas na região. Isso aí foi em 1980, no fim de 80. Então nós cumprimos. Veio o fiscal do IAA, do PLANALSUCAR, de São Paulo, veio da SUDENE. Aí depois que fiscalizou os oitocentos hectares, aí então veio para o banco aprovar o plantio. Mesmo assim atrasou. Teve uma parte com recurso próprio, depois chegou o dinheiro. Quando foi o ano passado nós não fomos financiados porque o banco pediu prá plantar mais oitocentos hectares mas nós já tínhamos oitocentos plantados, só tinha que colher. Mas mesmo assim exigiu que a gente plantasse seiscentos hectares. Desses seiscentos hectares... então fomos prá sede agrícola, encaminhamos pros cartórios, foi registrada. E o dinheiro ainda não saiu. Está no banco. Quer dizer está nos cartórios e está no banco. Isso foi em 82 e ainda ninguém recebeu financiamento. Mas plantamos mesmo assim. O grupo ainda plantou cento e cinquenta hectares de cana e preparou mais duzentos e cinquenta, e já está em capoeira novamente e estamos aguardando”.

A análise desse relato aponta para a atualidade das relações de clientelismo que perpassam as esferas de poder a nível local, estadual e federal. Os recursos do Proálcool chegam, desta forma, a serem motivo de disputa entre frações da classe dominante no Nordeste.

Essa disputa por recursos financeiros originados no governo federal poderia ser pensada como significando um enfraquecimento do poder local mas, como vimos, parte integrante do sistema de clientela, o poder local não se enfraqueceu, uma vez que mantém, assegurados, no âmbito da elite, o monopólio da disputa desses recursos. De qualquer forma, será através de um ou outro desses grupos que os recursos do Proálcool chegarão à região.

Nessa disputa interna à elite um dos grupos é obrigado a associar-se fora da região, com um grupo industrial do Centro-Sul. Não dispondo de recursos de capital suficiente para manter os altos custos da destilaria, desgastados pelo tempo, esse grupo não tem escolha: “Agora mesmo estamos esperando o chamado para assinar a parte industrial, depois disso

então a Dedini¹⁴ vai montar. É, essa espera... Depois de toda esta dificuldade a Dedini entrou como nosso sócio e vai nos ajudar a montar a destilaria. Nos promete entregar dentro de dez meses”.

“P. E quando a Dedini vai entrar?

R. A Dedini vai começar depois de toda essa burocracia, o Banco do Nordeste e o BNDE...

Pela demora, o custo da destilaria subiu de um milhão e duzentos mil cruzeiros para quatro milhões de cruzeiros. Os bancos só financiavam 80%, 20% é recurso próprio. E desses recursos... o banco desconfiava que nós não tivéssemos e, na verdade, ia ser muito difícil. Então procuramos a Dedini e propusemos o assunto. A Dedini que já estava com toda a maquinária pronta resolveu ficar nosso sócio com a seguinte condição: de assumir os 20%. Estou esperando encaminhar este documento ao banco prá iniciar a construção”.

As pretensões desse grupo foram desfeitas com a inauguração de uma nova destilaria num município próximo, com o apoio da usina. Esta circunstância inviabiliza tecnicamente a construção de uma terceira dado os limites de crescimento do volume de cana plantada na região necessários ao abastecimento das destilarias.

5. O “POLÍTICO” E A “POLÍTICA”

Passaremos agora a levantar algumas interpretações sobre o que pensa o trabalhador da “política” e dos “políticos” e como vai reagir, na sua prática, diante deste quadro.

Em relação à eleição e aos candidatos uma das reações dos trabalhadores é a indiferença. Percebem que seja quem for eleito, em qualquer das instâncias (municipal, estadual ou federal), não tem condições de representá-los, porque é veiculador dos interesses pessoais ou dos de grupos da elite. Ou melhor dito, a idéia de “representação” nem mesmo lhes ocorre na medida que para ser “político”, para ter acesso ao poder, é necessário que o candidato transcenda a representação, isto é, seja diferente deles, seja alguém que “fale bonito”, “seja educado” qualidades que asseguram a aceitação nas ante-salas do poder e, aí sim, possa servir de intermediário (idéia que não se confunde com a de representatividade) entre eles e o “governo”.

Na época das eleições de 1982 encontramos tanto entre os “moradores” como entre os trabalhadores “volantes” a atitude de indiferença e de desprezo em relação ao político e à política. Algumas das melhorias coletivas que esperavam eram consideradas como acontecimentos possíveis nesta “época da política” quando então é provável ver atendidas algumas necessidades ou passavam a contar com o compromisso de atendimento.

Os trabalhadores têm a consciência, aprendida no cotidiano, que, estruturalmente, nada muda com as eleições e sofrem o “pouco caso” que os

políticos têm em relação a eles nos intervalos das mesmas. Como nos disse uma mulher, "só tenho valor no dia das eleições até às 5 horas. Depois eles não querem saber mais de mim", demonstrando a decepção com os "políticos".

Os "políticos" são, de uma maneira geral, "safados" e "desonestos". Embora a desonestidade através do roubo do dinheiro público não seja algo condenável em si. Ser "político" é "profissão", "é como ter um emprego". E "aproveitar-se" em termos pessoais da situação já é prática consagrada, faz parte das regras do jogo. "Não está roubando ninguém, está roubando o Governo". Daí que, neste contexto "governo" se apresenta descolado de "povo" que, este sim, "não tem de onde tirar", "é honesto". Daí que o Governo é responsável pelo atendimento das necessidades do "povo" "se o governo não fizer, quem fará?".

A desonestidade dos "políticos", a que nos referimos, se refere a relação que estabelece com o "povo", com os "pobres", é prometer e não cumprir, é "sumir" depois das eleições. Daí a importância dos "cabos eleitorais", mesmo nas áreas rurais, que lembram no cotidiano a presença do "político", do "deputado" da área.

A consciência que os trabalhadores têm da manipulação que o político faz com eles é vivenciada pelo eleitor com uma atitude correspondente de tentativa de manipulação do candidato: seja aproveitando o dia das eleições para fazer "a festa", quando se encontram amigos, conhecidos e parentes com maior disponibilidade de tempo para "tomar uma branquinha", atualizando outros laços de solidariedade ou, simplesmente para "comer de graça", dado que muitos candidatos promovem almoços para seus "correligionários" neste dia. Essa tentativa de manipulação passa também pela procura de suprir na "época da política" o maior número possível de necessidades pessoais como material de construção, óculos, sapatos, roupas, realização de consultas médias e de operações, vagas em escolas, empregos, dinheiro. Numa vivência cotidiana da extrema escassez e quando os direitos elementares à saúde, educação, emprego e salário ainda não estão assegurados os "eleitores" competem pelo "favor pessoal". Cada um pede a medida de sua miséria. E os "políticos" se queixam de que as eleições estão saindo cada vez mais caras: **"Esta gente está pedindo cada vez mais, estão muito exigentes"**. Neste contexto podemos situar duas atitudes aparentemente opostas: a do voto em branco e o da troca de voto pelo favor pessoal

A troca de voto pelo favor "coletivo", isto é, quando se troca o voto por uma escola, por creche, por equipamentos coletivos, por luz elétrica, parece ter outro significado. Em princípio porque este eleitor, em geral, é liderança de uma "comunidade", de um "grupo", aí a consciência de "barganha" é clara. Ela é vista como única alternativa num Estado que, centralizando os recursos, permite somente que alguns os manipulem. O político torna-se, assim, o mediador entre a "clientela" e as diferentes agências do Estado.

Outra constatação que os trabalhadores chegaram é de que as chefias políticas tradicionalmente "oposicionistas" embora ineficazes no sentido de

carrear recursos financeiros para "seus" municípios, se unem aos representantes da "situação" na defesa comum de seus interesses de classe, no campo: contra modificações no sistema de monopólio de terras (contra a Reforma Agrária) e na forma de limitação da distribuição dos recursos financeiros, e o que mantém a dominação sobre a força de trabalho – contra a aplicação da legislação trabalhista no campo. Tanto os partidos situacionistas como os oposicionistas têm sido incapazes de canalizar de forma conseqüente, os anseios e reivindicações dos trabalhadores rurais, como as bandeiras de luta da Reforma Agrária, de melhores salários e de melhores condições de trabalho.¹⁵ E não é por acaso que na Campanha Eleitoral de 1986 as retóricas semelhantes confundem os eleitores, banalizando as bandeiras reivindicatórias.

Esta debilidade partidária, com sua correspondente na extrema centralização do Estado favorece a rotinização das práticas clientelísticas no quadro político do país.

Assim, embora tenha se observado um crescimento de organizações populares (Associações e conselhos de moradores, CEBs, etc...), e o fortalecimento dos sindicatos e de associações de produtores, mesmo no campo, observa-se uma recorrência das práticas clientelistas, mesmo quando se troca o voto por reivindicações coletivas.

CONCLUSÃO

Não podemos pensar que mesmo nesta situação de proletarização recente e incompleta a prática clientelista seja resquício de uma fase tradicional, patriarcal, quando o proprietário dominava com sua autoridade as mais variadas esferas da vida do trabalhador¹⁶ ou que seja uma forma atrasada, ligada à sua falta de ideologia. Mesmo porque, como lembra Zaluar, o **clientelismo** "pressupõe representações sobre o favor, o compromisso pessoal e a lealdade e fabrica uma maneira de pensar própria sobre a confiabilidade das pessoas envolvidas na relação e sobre a natureza e o valor dos bens trocados" (ZALUAR, 1983).

Na esfera da produção, do trabalho, as práticas patriarcais são hoje coisas do passado, encontrando-se, apenas como exceções, fazendeiros que impõem o preço e as condições de trabalho e, se o fazem, não se pode dizer, absolutamente, que isso aconteça sem que o trabalhador tenha consciência de que está sendo explorado. Muitas vezes, dado as estratégias dos patrões no que se refere à configuração do mercado de trabalho e do fato de que a lavoura canavieira é sazonal, apresentando um momento de maior demanda de trabalhadores e outros de menor, o trabalhador não tem escolha, a não ser que migre. E a migração já foi apontada como uma forma de recusa do trabalhador, aos baixos salários e às más condições de trabalho.

Em cerca de 15 anos de expansão canavieira na Paraíba o trabalhador assumiu um comportamento cotidiano de negociação diária sobre o preço e as condições do trabalho, isto é, sobre o **valor** do trabalho e construiu, a nível de movimento sindical, uma identidade **política** que o diferencia dos outros

trabalhadores rurais do estado mas o aproxima de outros que partilham condições de existência semelhantes nos estados próximos, o que possibilita a unificação da luta a nível regional.

Dal que não seja possível explicar a prática clientelista como resultado de uma forma atrasada de consciência política. A menos que consigamos distinguir dois níveis de consciência política: aquela que aponta para as relações de dominação implícita nas relações de trabalho e para o campo de lutas que aí se configura e a outra que diz respeito à dominação expressa na política institucionalizada, "eleitoral".

As relações de clientela, nesse contexto, aparecem mais como formas de manipulação mútua, entre os participantes da relação, como troca de favores, de "mercadorias", entre aqueles que têm e aqueles que não têm livre trânsito nos canais, institucionalizados ou não, de acesso aos recursos centralizados a nível do Estado Nacional, numa situação onde as associações populares não existem ou ainda são extremamente débeis em termos de organização, mobilização e força política. Dal que o político apareça como o mediador entre a "massa" e o Estado, em cujas decisões aquela nunca é ouvida.

NOTAS

1. As mudanças nas relações de produção no campo paraibano se referem às modificações que ocorreram a partir da expansão da ~~plantação~~ canavieira no Litoral e no Brejo Paraibano, com os financiamentos do Proálcool, a partir de 1975. Estas mudanças dizem respeito às relações de trabalho e às relações técnicas da produção. Ver EGLER, 1985; POTENGY, 1984; BARBOSA, 1985.
2. Os dados dizem respeito a pesquisas que a autora vem realizando na zona canavieira do Estado da Paraíba a partir de 1982.
3. Esta organização dos trabalhadores terá sua contrapartida necessária na organização dos patrões com propósitos claros de frear as reivindicações trabalhistas e a autonomia sindical, seja através de associações classistas, seja utilizando variados meios de gestão da força de trabalho, através da intimidação ou da "administração científica" dos tempos de trabalho (Ver EID, 1986).
4. Os usineiros têm utilizado nas eleições sindicais desde ameaças de tomar as "roças" até o pagamento maciço de mensalidades atrasadas dos sindicalizados para conseguir direito a voto.
5. Cf. BERTOLAZZI & TOSI, 1985. Nas eleições de 1982 mais de 30 diretores de Sindicatos paraibanos eram candidatos a vereadores pelo PDS.
6. GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES

MICRORREGIÕES	URBANO / TOTAL	
	1970	1980
Piemonte da Borborema	35,84	45,42
Litoral Paraibano	69,85	80,85
Brejo Paraibano	20,98	30,03
Agro-Pastoril Baixo Paraíba	38,05	48,70

Dados retrados de ARAÚJO, 1986.

7. O PROCANOR (Programa especial de apoio às populações pobres das zonas canavieiras) foi criado em 1980, pelo Governo Federal, utilizando recursos do PIN e do FINSOCIAL e é administrado pelo Governo do Estado da Paraíba. Segundo os documentos oficiais os fundos do PROCANOR seriam utilizados: 1. na construção de agrovilas, próximas às grandes propriedades; 2. na construção de conjuntos de moradias nas pequenas e médias cidades; 3. na assistência técnica à produção de alimentos de base; 4. na aquisição de terras e de sistemas de abastecimento d'água. Os principais projetos dizem respeito à construção de casas.
8. A regulamentação da legislação trabalhista no campo embora date da década de 60, nunca foi cumprida na Paraíba. Somente com a expansão do movimento sindical, a partir de 70, os trabalhadores passam a entrar com "questões" na Justiça do Trabalho em prol da efetivação social dos "direitos". Daí que um dos impasses nas relações patrões-empregados seja o pagamento dos "direitos" atrasados. Ver NOVAIS, 1983 e BARBOSA, 1985.
9. Apud ZALUAR, 1983.
10. Utilizamos aqui a definição de "legitimação" como um processo de integração dos indivíduos a modos de vida que permitem às forças sociais assegurar, manter e reconduzir sua dominação, através de uma série de práticas econômicas, ideológicas e políticas que organizam uma ordem hierárquica percebida como natural e como uma necessidade objetiva. (PEREIRA, 1986)
11. Ver também ANDRADE, 1985, para o caso de Sapé.
12. As relações econômicas como os "fornecedores" também podem ter por base relações de parentesco. Muitos dos "fornecedores" pertencem aos ramos familiares do grande tronco comum.
13. O que indica que qualquer análise sobre o significado político do percentual de votos recebido pelo partido do Governo ou da Oposição deve levar em conta as divergências e conflitos a nível local que explicam melhor a adesão aos diferentes partidos.
14. A Dedini é uma das grandes empresas construtoras e montadoras de equipamentos para destilarias de álcool. Localizada em São Paulo.
15. A esse respeito ver o argumento de José de Souza Martins em *Os camponeses e a política*.
16. Para exemplificar estas práticas nos foi contado que "no passado" as filhas de um grande proprietário "reparavam" nas compras que as filhas dos "moradores" realizavam no final de semana, na feira, para contar ao pai; quando se tratava de roupa nova o proprietário chamava o "morador" para repreendê-lo pelo gasto supérfluo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Plauto Mesquita. *A urbanização desloca o centro do poder político*. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1985. Mimeo.
- ARAÚJO, Roberto Alves de. *Migrações — causas e conseqüências*. Projeto de dissertação. João Pessoa: UFPB/Curso de Mestrado em Economia, 1986.
- BARBOSA, Ivone T. V. *Mudanças sociais na agricultura e suas implicações para o sindicalismo rural, 1950/1980*. Tese de Mestrado em Sociologia. UFPB/Campina Grande, 1985.
- BERTOLAZZI, Annalisa e TOSI, Giuseppe. *Poder local e sindicalismo rural na Paraíba*. Texto apresentado no Curso Poder Local e Estado Nacional. Mestrado em Sociologia. UFPB. Campina Grande, 1985. Mimeo.
- BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

- CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflitos – questionando Alagamar**. João Pessoa: FIPLAN, 1985.
- EGLER, Cláudio Antonio G. Os Impactos do Proálcool na Paraíba. **Geonordeste**, n. 1, 1985: 1/19.
- EID, Farid. **Aasaliados de usinas e destilarias – um estudo sobre os processos de trabalho e novas correlações de força**. Tese de Mestrado em Engenharia de Produção. UFPB/João Pessoa, 1986. Mimeo.
- MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana** (estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita). Tese de Mestrado em Sociologia. Campina Grande, 1985. Mimeo.
- NOVAES, José Roberto Pereira. Margarida Maria Alves: uma líder sindical. **Reforma Agrária**, v. 13, n. 5, set/out. 1983.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na **plantation** tradicional. **Contraponto**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels, n. 2, nov. 1977.
- . "Nasce uma força política". **Jornal do Brasil**. Caderno Especial, Rio de Janeiro, 4/12/1983.
- PAULILLO, Maria Ignez S. **A mulher e a terra no Brejo Paraibano**. Relatório de pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 1980. Mimeo.
- PEREIRA, Jaime Marques. **Les enjeux politiques de la question urbaine au Brésil: citoyenneté, conflits urbains et identités populaires à Recife**. Recife, 1986. Mimeo.
- POTENGY, Gisélia Franco. **Les plans de modernisation de la production de la canne à sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano**. **Thèse de Doctorat de 3^{ème} Cycle**. Université de Paris X – Nanterre, 1984. Mimeo.
- . **Mobilização social: O Proálcool para os trabalhadores na Paraíba**. Seminário Movimentos Sociais: Rural/Urbano. ANPOCS. João Pessoa, 1985.
- SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ZALUAR, Alba. Política e políticos segundo os pobres urbanos. **Revista do PMDB**. Rio de Janeiro: Fundação Pedroso Horta, n. 3, ago./set. 1982.

